

**Intervenção sobre Políticas de Turismo, Coesão e Transportes Marítimos e Aéreos,  
no âmbito da discussão do programa do Governo do PS para a IX Legislatura**

Nesta minha primeira intervenção de tribuna, saúdo de forma especial o

**Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**As Senhoras e Senhores Deputados**

**O Senhor Presidente do Governo**

**As Senhoras e Senhores Membros do Governo**

As eleições do passado dia 19 de Outubro mostraram a apreciação que as açorianas e os açorianos têm do trabalho dos Governos do Partido Socialista, nos últimos 12 anos e do seu modelo de desenvolvimento.

Um modelo de desenvolvimento foi alternativo, mas tem representado estabilidade!

Que é diversificado, mas é sustentado!

Do Partido Socialista, com todos os Açorianos!

A vitória do PS em todas as ilhas dos Açores.

Repito!

Em todas as Ilhas dos Açores!

Foi a demonstração clara de que estávamos na direcção certa, quando apostámos em certas áreas chave da nossa economia. A aposta transversal no Turismo, na Coesão Económica e nos Transportes Marítimos e Aéreos de passageiros fazem parte orgulhosamente da nossa obra, e continuarão a fazer parte certamente, dos nossos maiores desafios. Para nós, tal como disse Churchill:

*"Problemas que vêm com a vitória são mais agradáveis do que os da derrota, mas igualmente difíceis."*

Numa altura em que a crise internacional se torna cada vez mais real e global, (a Economia mundial vai crescer em 2009 ao pior ritmo desde 1982, cerca de 1.3%<sup>1</sup>) e em que, por via disso, o País entra em estagnação económica, o sistema de governo autónómico dos Açores, no qual o Governo Regional e a Assembleia Legislativa têm as maiores responsabilidades, tem de assumir o seu papel de intervenção na criação das

---

<sup>1</sup> Dados Estudo do Merrill Lynch 2008-12-04

condições para que os bons resultados até agora obtidos a nível económico, não sejam tão contingenciados pelas circunstâncias externas.

No plano do turismo, agora mais do que nunca, devemos criar condições para que este sector se torne a médio prazo num dos mais importantes sectores económicos da região.

Contra alguns, que nem uma página e meia têm no seu programa eleitoral sobre o tema, queremos continuar a construir uma “nova oportunidade ao Turismo nos Açores”. Apostámos na infra-estruturação da nossa capacidade de alojamento tradicional, multiplicando por 3 o número de camas disponíveis nos últimos dez anos; promovemos a Marca Açores, como sinónimo de destino politicamente estável e de especificidade cultural e ambiental; diversificámos a proveniência das dormidas, reduzindo assim, o risco associado à dependência excessiva de um só mercado; praticamente triplicamos o número de dormidas nos Açores de 1997 a 2007.

Mas temos de investir mais, e mais criteriosamente, na promoção externa da nossa região. Mercados com poder de compra, populosos e mais próximos geograficamente devem ser a nossa aposta. Não esquecendo, porém, que a nível de turismo inter-ilhas, o potencial de crescimento pode e deve ser exponenciado.

A diversificação e o aumento da nossa capacidade Hoteleira, conforme previsto no Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, (POTRA) deve ser também uma prioridade no nosso projecto.

O nosso empenho em investimentos com retorno social, como a qualificação da mão-de-obra e o auxílio à construção de infra-estruturas de apoio ao turismo, geram externalidades positivas, qualificam a nossa oferta turística, melhoram a nossa economia e promovem a coesão.

A nossa noção de Coesão Regional não é a de uma simples redistribuição de riqueza entre as nossas ilhas, de uma forma assistencialista. Trata-se sim, de construir políticas públicas direccionadas, que diferenciem as especificidades e que corrijam os desequilíbrios. Ou seja, não se trata de construir uma igualdade artificial entre as nossas ilhas, mas sim de obviar os desequilíbrios internos de cada. Para isso, propomos efectuar uma caracterização detalhada das forças e fraquezas, das ameaças e das oportunidades, de cada ilha, através de um Plano Estratégico para a Coesão dos Açores realizado por uma entidade externa. Este plano, permitir-nos-á verificar, corrigir ou até acrescentar valências aos programas já existentes de promoção de Coesão Económica e Social da nossa região.

Temos, contudo, já a consciência de que nem todos os nossos programas de apoio à Coesão estão isentos de defeitos no seu ordenamento e no seu funcionamento. Temos de agilizar, desburocratizar e simplificar o funcionamento destes programas, tendo

como objectivo de referência a ampliação da actual motivação empreendedora da população dos Açores.

A dificuldade das ilhas de menor dimensão de gerarem economias de escala, nos seus mercados, torna obrigatória, a nosso ver, uma intervenção direccionada de políticas públicas, que promovam “nichos” e “aglomerados” locais, que estimulem a fixação de quadros técnicos nas chamadas “Ilhas de Coesão”, e que, conjugados com uma boa política de transportes marítimos e aéreos, permitam a realização de um mercado interno verdadeiramente regional.

**Senhor Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente**

**Senhoras e Senhores Membros do Governo**

A concretização das políticas de promoção da actividade turística e de Coesão económica e social das nossas ilhas, só é possível através de uma política de transportes marítimos e aérea concertada e integrada.

Os transportes marítimos inter-ilhas são fundamentais para o abastecimento e escoamento dos produtos das nossas ilhas, bem como para a sustentação e promoção do Turismo Regional.

O Governo dos Açores, sustentado pela maioria de deputados desta assembleia, tem que aproveitar as excelentes infra-estruturas portuárias de que dispõe, potenciando-as ao nível da sua eficiência e promovendo-as como plataformas logísticas de facto. Também aqui, simplificar agilizar e desburocratizar deve ser a nossa palavra de ordem.

O transporte marítimo de passageiros torna-nos mais próximos enquanto região. Mas para que isto aconteça, necessita de funcionar verdadeiramente em rede, apoiado em equipamentos modernos e que operem durante todo o ano.

De forma complementar devemos encarar os transportes aéreos na região. Dividindo, como é óbvio, aquilo que são as obrigações de serviço público de passageiros da rede regular doméstica interna e para o continente, com os objectivos estratégicos de transporte de fluxos turísticos, e de carga para os Açores.

O objectivo de mais turistas e de maior diversificação nos mercados emissores, só é possível investindo no desenvolvimento de novas rotas, operando conjuntamente,

com operadores turísticos promotores ou utilizando a SATA como instrumento primordial na assunção destas mesmas rotas.

Por outro lado, devemos encarar o modelo de obrigações de serviço público, sem dogmatismos de qualquer espécie, à excepção da ambição legítima que é defender um melhor serviço de transportes para os Açorianos. Deve ficar claro para todos, que defendemos o actual regime de code-share para o continente, aliás como alguns, aqui, já o defenderam antes, porque acreditamos que é este que serve melhor o interesse dos açorianos. Estamos atentos às consequências negativas, para os madeirenses, da liberalização total dos transportes aéreos na sua região, apesar da sua maior dimensão e da tradição da sua marca.

Percebemos as expectativas justas de alguns, tal como nós, nesta matéria e devemos estar prontos, desde já, para aperfeiçoar o modelo existente ao nível do preço para o utilizador, da frequência dos voos e da qualidade do serviço.

Ao nível do serviço de transporte aéreo inter-ilhas, verificamos que as obrigações de serviço público, a que a empresa concessionária está obrigada, não se compadecem com um plano de investimento adequado á prestação de um serviço flexível, com qualidade e competitividade. O prazo de concessão deve ser alargado para além dos 3 anos actualmente em vigor.

Contudo, ao contrário da parcialidade costumeira, de que faz uso a oposição tão frequentemente quando acha que está tudo sempre mal, nada bem, a piorar, nós pensamos que vivemos num mar de rosas. O PS não ignora a noção de que há riscos nas nossas políticas, de que há contingências externas que nos influenciam, de que existem períodos de ajustamentos internos que permitem o reordenamento económico e de que muito, mas muito ainda há para fazer e investir. Mas é em alturas de crises internacionais, que os modelos de desenvolvimento económicos mais sólidos e sustentáveis se ajustam e que os modelos obsoletos e contingenciais se desmoronam.

Acreditamos no nosso modelo, sabemos da responsabilidade que temos, somos optimistas. Acreditamos nos Açores e nos Açorianos. E, como eles acreditamos que:

*"Um optimista vê uma oportunidade em cada calamidade. Um pessimista vê uma calamidade em cada oportunidade."*

**Senhor Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente**

**Senhoras e Senhores Membros do Governo**



Sabemos quem são os velhos pessimistas. Sabemos nós e sabem os açorianos. Também sabemos quem são os novos pessimistas. Também sabem os açorianos. Só não sabemos se os pessimistas sabem, os novos e os velhos, a responsabilidade que têm em representar nesta casa, o povo açoriano. Cuidaremos que sim. Cuidem-se eles também.

Muito Obrigado.

Horta, 10 de Dezembro de 2008